



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
CURSO DE ENGENHARIA FLORESTAL**

**Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal: um estudo evolutivo e das
competências da instituição**

Discente: Cristopher Pereira Cesar
Orientador: José de Arimatéa Silva

Seropédica-RJ
Janeiro/2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
CURSO DE ENGENHARIA FLORESTAL**

**Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal: um estudo evolutivo e das
competências da instituição**

Monografia apresentada ao Instituto de
Florestas da Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro, como parte dos requisitos
para obtenção do título de Engenheiro
Florestal.

Discente: Cristopher Pereira Cesar
Orientador: José de Arimatéa Silva

Seropédica-RJ
Janeiro/2010

**Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal: um estudo evolutivo e das
competências da instituição**

Cristopher Pereira Cesar

Seropédica, 15 de dezembro de 2009

BANCA EXAMINADORA

Prof. José de Arimatéa Silva
IF/DS-UFRRJ
(Orientador)

Prof. Tokitika Morokawa
IF/DS-UFRRJ
(Membro Titular)

Prof. Ricardo da Silva Pereira
IF/DS-UFRRJ
(Membro Titular)

RESUMO

Este trabalho teve como objetivos analisar a instituição Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), relativamente: a) ao contexto político e histórico de surgimento; b) à evolução de sua estrutura; c) à contribuição conferida ao setor florestal pela instituição. Foram consultados os dispositivos legais (leis, decretos, e regulamentos) que deram origem e alteraram sua estrutura, além de material adicional obtido em periódicos oficiais e nos sites de instituições atuais. Para avaliação da contribuição ao setor florestal utilizou-se resultados de cinco programas implementados durante sua existência. A conclusão do trabalho foi que o IBDF surgiu em 28 de fevereiro de 1967 e foi extinto em 15 de janeiro de 1989, num contexto político e histórico de fechamento e foi extinto num momento de abertura política. Passou por uma mudança estrutural durante sua existência. Contribuiu significativamente para o desenvolvimento do setor florestal brasileiro

Palavras-chave: IBDF, instituições florestais, política florestal.

ABSTRACT

This work had as objectives to analyze the IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, relatively: a) to the historical context of appearance and creation; b) to the evolution of its structures; c) to the contribution to Brazilian forest sector. The legal devices were consulted (laws, ordinances, and regulations), that created de IBDF and change its structure during its existence, and other material published on officials periodic and in site of actual institutions. To evaluate the contribution to forest sector were used the results of five forest programs launched during its existence. The conclusion of this work is that the IBDF has arised in February 28th, in the year of 1967 and was extinct in January 15th, in the year of 1989, in a political and historical context of closure and was extincted in moment of political opening. Its structure has changed once during its existence. It has contributed significantly for the brasilian forest sector

Keyword: IBDF, forest institutions, forest policy.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	vii
LISTA DE SIGLAS.....	viii
LISTA DE TABELAS.....	ix
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. OBJETIVOS.....	3
3. MATERIAL E MÉTODOS.....	4
3.1 Fontes de Consultas.....	4
3.2 Análises.....	4
3.2.1 Contexto político-institucional do surgimento do IBDF.....	4
3.2.2 Evolução estrutural do IBDF.....	4
3.2.3 Resultados atingidos pelo IBDF.....	5
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	5
4.1 Contexto Político-institucional da Criação do IBDF.....	5
4.1.1 Instituições que antecederam o IBDF.....	6
4.1.1.1 Instituto Nacional do Mate.....	6
4.1.1.2 Instituto Nacional do Pinho – INP.....	6
4.1.1.3 Departamento de Recursos Naturais Renováveis – DRNR.....	7
4.1.2 Década de sessenta.....	7
4.1.3 Surgimento do IBDF.....	8
4.2 Evolução Organizacional do IBDF.....	10
4.2.1 Primeira estrutura.....	10
4.2.2 Mudança na estrutura.....	16
4.2.3 Extinção da instituição.....	21
4.3 Resultados Atingidos pelo IBDF.....	21
4.3.1 Caracterização dos programas.....	22
4.3.1.1 Programa Nacional de Reflorestamento.....	22
4.3.1.2 Programa de desenvolvimento e pesquisa florestal- PRODEPEF..	22
4.3.1.3 Programa nacional de celulose e papel.....	22
4.3.1.4 Programa nacional de siderurgia a carvão vegetal.....	22
4.3.1.5 Programa de Inventário Florestal Nacional.....	23
4.3.2 Aporte dos programas ao setor florestal nacional.....	24
4.3.2.1 Aportes do programa nacional de reflorestamento.....	24
4.3.2.2 Aportes do programa nacional de pesquisa florestal- PNPF.....	26
4.3.2.3 Aportes do programa nacional de celulose e papel.....	27

4.3.2.4 Aportes do programa nacional de siderurgia a carvão vegetal	28
4.3.2.5 Aportes do programa de inventário florestal nacional.....	30
5. CONCLUSÕES	31
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32

LISTA DE FIGURAS

	página
Figura 1 Órgãos que deram origem ao IBDF.....	8
Figura 2 Estrutura do primeiro grau divisional do IBDF: Decreto nº 62.018, de 29 de dezembro de 1967.....	13
Figura 3 Estrutura do segundo grau divisional do IBDF: Portaria nº. 51, de 12 de fevereiro de 1968.....	14
Figura 4 Estrutura organizacional do IBDF após alteração.....	20
Figura 5 evolução da área reflorestada em ha do período de 1967 a 1984.....	25
Figura 6 distribuição de pesquisas por segmentos do setor florestal.....	27

LISTA DE SIGLAS

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

INM – Instituto Nacional do Mate

INP - Instituto Nacional do Pinho

SUDHEVEA – Superintendência do Desenvolvimento da Borracha

DASP – Departamento de Administração do Setor Público

DN – Departamento de Pesquisa e Conservação da Natureza

DR – Departamento de Refloretamento

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

TAMAR – Projeto Tartaruga Marinha

CEMAVE – Centro de Anilhamento de Aves

CNPF - Comissão Nacional de Pesquisa Florestal

SUDEPE - Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

SUDESUL - Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul

PROBOR III - Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural

PRODEPEF – Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal do Brasil

FISSET – Fundo de Investimentos Setoriais

PNPF – Programa Nacional de Pesquisa Florestal

RADAM - Radar na Amazônia

DRNR – Departamento de Recursos Naturais e Renováveis.

MA – Ministério da Agricultura.

SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente.

SFBr – Serviço Florestal do Brasil

LISTA DE TABELAS

	página
Tabela 1 Primeira estrutura do IBDF relativa ao primeiro, segundo e terceiro grau divisional.....	11
Tabela 2 Segunda estrutura do IBDF relativa ao primeiro, segundo e terceiro grau divisional, estipulada pelo Decreto nº. 73.601, de 08 de Fevereiro de 1974.....	17
Tabela 3 Programas florestais instituídos no Brasil, no período de 1966-1987.....	24
Tabela 4 Área reflorestada no período de 1967-1984.....	25
Tabela 5 Área plantada com os gêneros Pinus e Eucaliptus no período de 1948 a 2007.....	28
Tabela 6 Área (ha) e proporção (%) utilizada de florestas nativas e plantadas para a produção de carvão no período de 1990 a 2003.....	29
Tabela 7 Inventário do estoque de madeira, em mil m ³ , de florestas nativas, concluído nos anos 1981/1982, realizado pelo IBDF, para as regiões sul e sudeste.....	30
Tabela 8 Inventário do estoque de madeira, em mil m ³ , dos projetos de reflorestamento incentivados até 1978, realizado pelo IBDF, para as regiões sul e sudeste.....	31

1. INTRODUÇÃO

O Brasil possui dimensões continentais, é rico em fatores de produção, tais como: terras, minérios, mão-de-obra, florestas, entre outros. As florestas são importantes, pois disponibilizam uma série de bens e serviços que podem proporcionar o bem-estar da população, como na melhoria ambiental, conservação do solo e da água, alimentação para animais, proteção à biodiversidade, recreação, além dos produtos madeireiros e não madeireiros amplamente conhecidos (NAUTIYAL, 1988) citado por (Valverde, 1999).

A história do país está intimamente ligada às florestas e ao seu aproveitamento. O primeiro ciclo econômico do país teve início no século XVI com a exploração da espécie *Caesalpinia echinata* Lam., o pau-brasil, que era utilizada para produção de tinta vermelha, bastante valorizada na Europa. Posteriormente outros ciclos econômicos também foram acompanhados do desmatamento sistemático, processo que perdura por um período quadricentenário, até à atualidade.

Nos primeiros momentos da história do País, era de suma importância que a Coroa se precavesse contra o saque de riquezas de suas terras além-mar, já havia outras nações interessadas no comércio das madeiras da colônia portuguesa. A Coroa se viu obrigada a controlar esse intento e lançou mão de atos administrativos que proibia o corte de madeiras em suas terras, através de Cartas Régias. Assim a Coroa portuguesa tentava deter o monopólio dessa exploração. Além disso, a Coroa possuía uma política florestal para suprimento atual e futuro de madeiras, principalmente para indústria da construção naval. No entanto era difícil de impedir o corte e o comércio ilegais de madeiras na colônia, devido às grandes áreas de florestas e à enorme variedade de espécies comercialmente aproveitáveis.

O primeiro ato da coroa portuguesa em relação ao controle das florestas de suas colônias data de 1442, na forma de uma Carta Régia que continha normas para o corte de árvores, direcionada para Ilhas da Madeira, Açores e Guiné. Em terras brasileiras o primeiro ato administrativo da Coroa data de 1605, o Regimento do corte do pau-brasil.

Até o século XVII a principal fonte de divisas na colônia seria a exploração do pau-brasil. Assim pode-se concluir que o País teve, quase desde o descobrimento, uma política de controle de seus recursos florestais.

Essa política seria um pouco abalada na metade do século XVIII. Em 1755 ocorreu um terremoto histórico em Lisboa, que causou muitos estragos. Nesse contexto, a legislação florestal na Colônia diminuiu de importância devido a grande demanda da Coroa por madeira e a conseqüente necessidade de aumentar a produção desse produto na Colônia.

No final do século XVIII houve novo impulso da política florestal através da ala conservadora da Coroa, que acabou por despachar 62 novos atos regulatórios para o setor. Em 1799 surgiu o Regimento do corte de madeiras, que seria o primeiro esboço do Código Florestal Brasileiro. Em 1800 a Coroa emite a Carta Régia que trata de madeiras e pau reais. Posteriormente à independência do País, o governo central proíbe o corte do pau-brasil em 1825 e dois anos depois, em 1827, proíbe o corte das madeiras de uso na construção. Estas ficaram conhecidas como “madeiras de lei”.

Após isso somente em 1921 haveria novo processo de reformulação da política florestal brasileira, com a criação do Serviço Florestal do Brasil. Vale frisar que somente em 16 de Setembro de 1925 é que o SFBBr foi regulamentado pelo Decreto nº 17.042. Todavia o mesmo só vai se fortalecer no âmbito do Ministério da Agricultura (MA) através do Decreto-

Lei nº 982 de 23 de dezembro de 1938. A criação do Serviço Florestal deu-se no governo do Presidente Epitácio Pessoa, que chamou atenção pública para o fato de o Brasil ainda não possuir leis de conservação de florestas, a despeito de possuir vastas e ricas florestais. O SFBr foi uma medida concreta do Governo Brasileiro no intuito de conservar e proteger as florestas. Tinha como objetivo a conservação, beneficiamento, reconstituição, formação das florestas. Quando da sua regulamentação, o Serviço Florestal passou a atender também as necessidades legais de proteção aos remanescentes florestais (ALBUQUERQUE, 2005).

O Serviço Florestal seria extinto quatro décadas mais tarde, através do Decreto nº 1.477, de 26 de outubro de 1962, sendo as suas funções alocadas em diferentes departamentos do Ministério da Agricultura.

Na década de quarenta houve nova alteração da Constituição do País, com a promulgação da Carta Magna de 1946. Segundo essa Carta, competia à União legislar sobre riquezas de subsolo, mineração, metalurgia, águas, energia elétrica, floresta, caça e pesca. Contudo não excluía a legislação estadual supletiva ou complementar. Assim surgia a necessidade de se fazer uma revisão do Código Florestal então vigente, de 1934, ano em que também foi criado o Conselho Florestal Federal.

Essa revisão do Código só foi de fato efetivada em 1965, com a instituição do Novo Código Florestal, Lei nº 4771, de 15 de setembro de 1965, o qual foi sancionado em meio à conjuntura política de golpe militar de 1964. O novo código passava a conceituar florestas e demais formas de vegetação, estabelecendo limitações ao direito de propriedade (SILVA, 1996).

Entre 1930 e 1950, foram implementadas algumas medidas de caráter preservacionista do nosso patrimônio natural, histórico e artístico. As mais significativas no setor florestal foram a criação de parques nacionais e de florestas protegidas nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste. E nesse mesmo período houve a criação de autarquias florestais: o Instituto Nacional do Mate - INM, através do Decreto-lei nº 375, de 13 de abril de 1938, que tinha o objetivo de fortalecer o mercado do produto, cujo maior concorrente era o mercado argentino e logo após a criação do Instituto Nacional do Pinho – INP, criado pelo Decreto-lei nº 3.124, de 19 de março de 1941. Tinha como objetivo principal defender os interesses dos produtores, industriais e exportadores de Pinho.

No período de 1962 a 1967 foram criadas três entidades autárquicas, a Superintendência da Borracha – SUDHEVEA, Superintendência de Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF. As duas primeiras tinham como objetivo principal subsidiar os produtores e cooperativas do segmento da borracha e da produção pesqueira. O último tinha o objetivo de desenvolver a política florestal nacional e de preservação de recursos naturais renováveis.

O IBDF era uma autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura. Surgia da fusão de outras duas autarquias já mencionadas acima, o INM e o INP, com o Departamento de Recursos Naturais Renováveis - DRNR, órgão da administração direta que sucedera o SFBr.

Poucos anos depois, em 1973, foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA. Órgão da administração direta que se propôs a discutir junto à opinião pública a questão ambiental, fazendo com que as pessoas se preocupassem mais com o meio ambiente e evitassem atitudes predatórias. A SEMA deveria se dedicar mais a questão de poluição, principalmente de caráter industrial, mas dedicou boa parte do seu esforço na criação de unidades de conservação. (Satyro, 2008).

Em 1963 o Decreto nº 51.701, assinado pelo presidente da República João Goulart, aprova a reorganização do MA. Nesse Decreto o DRNR, criado em 1962, é regulamentado, ficando como órgão central preocupado com a conservação e a exploração dos recursos florestais e da fauna.

Na segunda metade dos anos 60, três importantes instrumentos da política florestal foram erigidos. Em 1965 a Lei Federal nº 4771, de 15 de setembro institui o Novo Código Florestal, revisando o código de 1934. Em 1966 a instituição da Lei 5.106 de 02 de setembro, que tratou das disposições dos incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais, sendo, portanto, configurado como instrumento econômico que viabilizou o processo de ampliação do setor florestal. Com esta lei foi, na prática, criado o Programa Nacional de Reflorestamento. A lei preconizava descontos no imposto de renda das pessoas físicas (dedução de até 100% em relação à renda bruta) e às pessoas jurídicas (dedução de no máximo 50% sobre o imposto de renda devido) nas importâncias empregadas em projetos de florestamento e reflorestamento (Ferreira, 2005). Na sequência, surgiu o IBDF, através do Decreto-Lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967, com sede e foro no Distrito Federal e jurisdição em todo o território nacional. O IBDF foi criado à partir da fusão de DRNR, INP e INM.

O IBDF foi criado por consequência da influência do Novo Código Florestal (Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965) e da lei dos incentivos fiscais (Lei nº 5.106). Substituiu na prática as atribuições do primeiro serviço florestal do Brasil e era à partir de então o órgão responsável pela formulação da política florestal do país, competindo-lhe a implantação das medidas que visassem a utilização racional, a proteção e a conservação dos recursos naturais renováveis.

2. OBJETIVOS

- Analisar o contexto político-institucional em que foi criado o IBDF;
- Descrever a evolução organizacional da instituição ao longo de sua existência;
- Fazer uma síntese das principais ações e programas empreendidos pela instituição durante a sua existência.

3. MATERIAL E MÉTODOS

3.1 Fontes de Consultas

Para a obtenção de informações referentes ao contexto político e histórico do momento de criação do IBDF utilizou-se textos encontrados em trabalhos direcionados para a área de política e legislação florestal, como teses, monografias e livros que tratavam de assuntos correlatos. Também valeu-se de consultas à sítios eletrônicos de instituições como o IBAMA, onde existem textos referentes à história de órgão públicos e o contexto político em que se inseriram.

Algumas informações referentes ao período foram obtidas de textos de material didático da disciplina de Política e Legislação Florestal do curso de Engenharia Florestal da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ, 2007).

Para o estudo da natureza de cada entidade que originou o IBDF, foram consultados os atos legais de criação e de regulamentação de cada uma delas (leis, decretos-lei, medidas provisórias). Esses foram encontrados nos sítios eletrônicos oficiais do governo, como o do Senado e do Planalto. Também valeu-se de informações contidas em anuários do Ministério de Agricultura (ANUÁRIO, 1967; 1968).

As informações referentes às contribuições que o IBDF prestou ao setor florestal foram obtidas através dos resultados apresentados por cinco programas florestais implementados durante a existência do IBDF.

Os programas escolhidos para a avaliação foram: Programa Nacional de Reflorestamento, Programa Nacional de Pesquisa Florestal, Programa Nacional de Celulose e Papel, Programa Nacional de Siderurgia a Carvão Vegetal e Programa de Inventário Florestal Nacional.

As informações referentes aos resultados atingidos por esses programas foram obtidas em sítios eletrônicos de instituições voltadas ao setor (BRACELPA, 2009) e (AMBIENTEBRASIL, 2009) em monografia que trata especificamente do assunto (FERREIRA, 2005), ou ainda em informativos periódicos da Embrapa.

3.2 Análises

3.2.1 Contexto político-institucional do surgimento do IBDF

A análise da origem do IBDF foi feita através da consulta a anuários do Ministério da Agricultura, em que matérias contavam trechos da história das autarquias que deram origem ao IBDF.

Analisou-se o contexto político e histórico em que se encontravam as autarquias e os motivos que podem ter influenciado na criação do novo órgão. Procedeu-se também a consulta aos atos legais de criações e extinções dessas entidades.

3.2.2 Evolução estrutural do IBDF

Para a análise da evolução do IBDF, foi feito um estudo sobre as estruturas de cada regimento do órgão, onde foi observada cada mudança da estrutura do instituto assim como as mudanças nas suas finalidades, competências e vinculações.

Para esta etapa, foi usado como material os atos administrativos que deram origem aos regimentos de 1967 e de 1974.

Também foram construídas tabelas e organogramas das diferentes estruturas apresentadas pelo órgão ao longo de sua existência, onde observou-se as alterações implementadas na estrutura inicial no ano de 1974.

3.2.3 Resultados atingidos pelo IBDF

Para análise dos resultados dos programas implementados durante a existência do IBDF foi utilizado os resultados dos cinco programas já mencionados. A avaliação dos resultados foi baseada em indicadores específicos para cada programa, a saber:

Programa Nacional de Reflorestamento: área total florestada ou reflorestada;

Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal do Brasil – PRODEPEF: número de pesquisas implementadas por segmento;

Programa Nacional de Celulose e Papel: Área plantadas de florestas para produção de papel e celulose e participação do setor no mercado doméstico e internacional (produção, exportações e número de empresas);

Programa Nacional de Siderurgia a Carvão Vegetal: área plantada de florestas energéticas e substituição de matéria prima de florestas nativas por de florestas plantadas

Programa de Inventário Florestal Nacional: área total inventariada de florestas nativas e plantadas e estoque de madeira disponível para as regiões Nordeste, Sudeste e Sul.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Contexto Político-institucional da Criação do IBDF

A partir da Revolução de 1930 o processo de expansão e centralização do Estado brasileiro introduz a racionalização e a burocratização em seus procedimentos administrativos. Até 1945 ele cuidou em criar instrumentos que lhe permitisse intervir, regular e controlar as atividades econômicas no País. O Estado Novo tinha ciência de que devia montar um aparelho burocrático e administrativo que atendesse às demandas internas e externas, já que o mundo vivia a depressão do pós-guerra e a máquina administrativa necessitava de agilidade para que o País ingressasse numa era “moderna”.

Nessa época surge o DASP, Departamento de Administração do Setor Público. Responsável pela organização da administração pública nacional. Ele definiu novos parâmetros para a carreira pública, como a obrigatoriedade de realização de concursos públicos para candidatos a cargos dessa natureza.

Outra estratégia para a expansão e centralização do poder do Estado foi a de aumentar o número de agências especializadas em planejar e regular diferentes setores da economia. Isso acabava por aumentar o poder interventor do Estado. Nesse ínterim foram criados vários institutos do setor agro-industrial, dentre os quais o INM, em 1938 e o INP, em 1941 (Morales, 2002).

4.1.1 Instituições que antecederam o IBDF

4.1.1.1 Instituto Nacional do Mate

No início do século XX o Brasil dominava o setor de produção da erva-mate. O estados do Paraná, Santa Catarina, Rio grande do sul e Mato Grosso forneciam o produto para os países vizinhos, Argentina, Uruguai e Chile, grandes consumidores. Até 1928, ano em que se registrou a maior exportação do setor, a economia ervateira começou a dar sinais de enfraquecimento. Isso ocorreu devido ao início do cultivo da erva-mate na Argentina, na região de Misiones. À partir de 1930 o setor entrou em crise. Via-se a necessidade de reordenação das políticas públicas de incentivo para o setor ervateiro, para que o mesmo se restabelecesse e fizesse frente ao mercado estrangeiro da erva-mate.

Neste cenário o governo de Getúlio Vargas cria em 1938 o Intituto Nacional do Pinho, pelo Decreto-lei nº 375, de 13 de abril de 1938, constituído pelos plantadores, cortadores, cancheadores, beneficiadores, comerciantes e exportadores de mate, com sede na Capital da República, administrativa e financeiramente autônomo. Era uma autarquia paraestatal, vinculada inicialmente ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Albuquerque, 2005). Era composto pelos seguintes órgãos:

- Junta Deliberativa;
- Diretorias;
- Presidência

Posteriormente, através do Decreto número 61.680, de 13 de novembro de 1967, o INM teve suas atividades transferidas para o IBDF e sua vinculação ao Ministério da Agricultura, onde se juntaria a outras autarquias para dar origem ao IBDF (Carneiro, 1971).

4.1.1.2 Instituto Nacional do Pinho – INP

No início do século XX houve grande aumento da demanda por madeira brasileira no mercado internacional, especialmente de países europeus. Nesse período, que antecedeu a primeira guerra mundial, era de suma importância para alguns países dispor de estoques desse material para usos diversos como dormentes para ferrovias, combustíveis e construções. Assim aumentou bastante o fornecimento de madeira brasileira para o mercado exterior.

No entanto, quando surgiu o confronto, esse mercado foi praticamente paralisado e estoques brasileiros começavam a se acumular. Foi criada, então, uma Comissão de Defesa da Economia Nacional, que designou uma equipe para fazer levantamentos referentes à produção de Pinho, para o planejamento do setor. Para isso foi criado o Serviço do Pinho, núcleo de onde se originaria o Instituto Nacional do Pinho.

O INP foi um órgão de natureza autárquica paraestatal, de proteção dos interesses dos produtores, industriais e exportadores de pinho, criado pelo Decreto-lei nº 3.124, de 19 de março de 1941. Com a Lei nº 3.782, de 22 de julho de 1960, o INP foi incluído na jurisdição do Ministério de Indústria e Comércio. Era composto pelos seguintes órgãos:

- Junta Deliberativa;
- Presidência do Instituto;
- Diretorias Regionais.

O INP, que inicialmente tinha representado em seus quadros os Governos dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, contribuía para o reflorestamento, com o replantio das espécies determinadas pelos técnicos do Ministério da Agricultura, em terras adquiridas para esse fim, ou coadjuvando iniciativa particular para o cumprimento de tal intento.

4.1.1.3 Departamento de Recursos Naturais Renováveis – DRNR

O DRNR foi criado em pleno regime parlamentarista, pela Lei Delegada nº 9, de 11 de outubro de 1962 e extinto em 1967. Na ocasião os militares tentaram impedir a posse de “Jango”, o Presidente João Goulart. O País vivia um momento crítico da economia, pois a dívida externa herdada de governos anteriores era alta e a inflação fugia ao controle. Portanto a instabilidade política era muito grande e o Congresso acabou implementando o parlamentarismo no Brasil, entre setembro de 1961 e janeiro de 1963. Assim Jango poderia assumir a presidência, embora o governo de fato fosse para as mãos de um primeiro-ministro, no caso seria Tancredo de Almeida Neves. Tinha a incumbência de coordenar atividades como conservação e exploração dos recursos florestais e fauna. O DRNR compreendia:

- Divisão de Silvicultura;
- Serviço de Defesa da Flora e da Fauna e
- Jardim Botânico.

Com a implantação do novo sistema de governo realizou-se uma reorganização ministerial, que contemplou então, na estrutura do Ministério da Agricultura o Departamento de Recursos Naturais Renováveis, órgão integrante da administração direta. Durante o período de sua existência, o DRNR criou oito Parques Nacionais e a Floresta Nacional de Caxiuanã (UFRRJ, 2007).

4.1.2 Década de sessenta

Os primeiros indícios de que o mundo precisava começar a se preocupar com questões ambientais começaram a surgir. A publicação do relatório “Limites do crescimento”, em 1968, publicado pelo clube de Roma, grupo dedicado aos problemas ambientais, causou impacto na comunidade internacional. Foi nesse período também que começaram a surgir as primeiras iniciativas governamentais para discussão da questão ambiental.

Em 21 de abril de 1960 foi inaugurada a nova Capital do Brasil, Brasília, no governo do Presidente Juscelino Kubitschek. Nessa época criou-se um grande número de leis ambientais. Em 68 o País participou da conferência internacional, Conferência das Nações Unidas em Estocolmo, promovida pela UNESCO, sobre utilização racional dos bens naturais. Nessa década, o Brasil, como membro das Nações Unidas, assinou uma série de pactos e termos de responsabilidade entre países, no âmbito da declaração de Soberania dos Bens Naturais (IBAMA, 2009) citado por Marcondes, 2005.

No ano de 1964 chegava ao fim o período democrático, com a instituição do regime militar. Através dos chamados “atos institucionais” o regime atribuía-se poderes ilimitados. O País atravessaria longos 20 anos sob poder dos militares.

4.1.3 Surgimento do IBDF

Criado em 28 de fevereiro de 1967 pelo Decreto-lei nº 289, o IBDF resultou da união dos três órgãos - DRNR, INP e INM (Figura 1). Seus objetivos atendiam às necessidades de se elaborar uma política de desenvolvimento do setor florestal. Essa política compreendia setores de preservação da fauna, projetos de florestamento e reflorestamento, administração de parques nacionais e reservas biológicas e facilitação do comércio exterior de produtos silvestres brasileiros. Era uma autarquia do Ministério da Agricultura, tendo seu presidente nomeado pelo Presidente da República. Desenvolvia experimentos florestais de espécies de interesse econômico, realizava a fiscalização de contrabando de peles, animais silvestres e espécies vegetais nativas e controle de desmatamento, entre outras atividades correlatas.

A criação do IBDF completou o processo de reorganização setorial iniciado em 1965, com a publicação do Novo Código Florestal e com a Lei dos Incentivos Fiscais em 1966. Do ponto de vista institucional e histórico, o IBDF surgiu no auge do centralismo, que dominou as decisões políticas daquele período. A organização do IBDF e da administração federal deu-se já sob o espírito da ordem constitucional estatuída com a Carta Magna Federal outorgada pelos militares, em 24 de janeiro de 1967. Essa constituição, alterada em 1969, foi erigida sob inspiração centralizadora, em especial em relação à gestão pública dos recursos naturais e florestais. Assim o princípio da complementaridade estabelecido pela constituição anterior, de 1934, e mantido nas constituições de 1937 e 1946, que conferia aos estados poder de legislar em caráter supletivo sobre as florestas, fauna, flora e pesca passou a ser exercido privativamente pela União.

O novo órgão surgia num contexto em que os militares tentavam incentivar o crescimento e a modernização do país, o que incluía a criação de novas autarquias e instituições da administração indireta. A criação dessas organizações visava a desconcentração da administração da máquina pública, o que deveria resultar em menor burocratização do processo administrativo e maior agilidade ao mesmo.



Figura 1 – Órgãos que deram origem ao IBDF.

Dentre os objetivos específicos que ensejaram a criação do IBDF, pode-se destacar:

- Estabelecer diretrizes gerais para o setor florestal;
- Desenvolver pesquisa no setor de silvicultura, tecnologia e fauna;
- Realizar e promover o reflorestamento para fins econômicos e ecológicos;
- Prestar assistência técnica para a exploração racional das florestas e seus produtos;
- Regular e fiscalizar a exploração de florestas;
- Administrar o Jardim Botânico e os parques nacionais.

No entanto fatos diversos contribuíram para que o aspecto conservacionista do novo órgão fosse posto de lado, merecendo destaque a baixa receita para gestão, a falta de pessoal qualificado, além da discrepância de ideologia dentro do quadro pessoal do órgão, que era composto por membros advindos das três instituições já citadas.

Por conta dessa origem diversa o IBDF enfrentou várias dificuldades nos primeiros anos de sua existência uma vez que as diferentes correntes políticas e técnicas se chocavam dentro do novo órgão, de maneira a dificultar o cumprimento de sua função administrativa.

No primeiro ano de sua existência o IBDF tentou dar sequência aos trabalhos a cargo dos então extintos INP e DRNR, enquanto elaborava um Plano de Ação para os programas considerados prioritários, como pesquisa florestal, contenção de dunas, aclimatação de espécies exóticas e reflorestamento (CARNEIRO,1971).

Nesse contexto o IBDF era dividido entre o setor produtivo e o setor de conservação. Este último representado pelos quadros advindos do DNRN. Logo ficou claro a sobreposição dos interesses do setor produtivo. Contribuiu decisivamente para esse cenário o advento do Programa Nacional de Reflorestamento, criado a partir da Lei nº 5.106/66, seis meses antes da instituição do IBDF. A partir daí esse seria o carro chefe do Instituto, e isso se estenderia por toda a década de 70. O desenvolvimento inicial do novo órgão foi todo em torno dos projetos de florestamento e reflorestamento, incentivados pela lei acima citada. Dessa maneira outros aspectos importantes do setor florestal como a preservação ambiental a fiscalização de flora e fauna ficaram relegadas a um segundo plano.

Com os instrumentos legal (Código Florestal de 1965), econômico (Lei 5.106/66 - Incentivos Fiscais) e administrativo e técnico-científico, com a criação do IBDF em 1967, foi definida uma nova política florestal para o país. Como esperado, o setor de reflorestamento foi o que apresentou melhores resultados. Segundo (FERREIRA, 2005), a área de florestas plantadas aumentou de 500 mil hectares para cerca de 6 milhões de hectares, sendo 3 milhões referentes ao gênero *Eucalyptus*, 2 milhões referente ao gênero *Pinus* e outro milhão de outras espécies florestais.

A partir dos anos 80 o País procurou aumentar sua base florestal com vistas a diminuir a dependência externa de produtos, como a celulose e papel, e a dependência de florestas nativas para o fornecimento desses produtos. Outro objetivo para o setor era a participação do Brasil no mercado externo, dado o grande potencial que o País apresenta.

No ano de 1988 a Lei nº 7714 pôs fim à política de incentivos fiscais e assim os programas para o setor florestal mais importantes foram desativados. Foram extintos nessa época os programas de reflorestamento, pesquisa florestal e o de inventário nacional. Apenas

aqueles que já possuíam certa autonomia econômica-financeira permaneceram atuantes como no caso do Programa Nacional de Papel e Celulose.

No mesmo ano de 1988 foi promulgada a nova Constituição Federal, a qual incorporou um capítulo específico sobre o meio ambiente. No seu artigo 225, a Carta Magna de 1988 assim dispôs: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

4.2 Evolução Organizacional do IBDF

4.2.1 Primeira estrutura

O IBDF teve sua primeira estrutura regulamentada pelo Decreto nº 62.018, de 29 de dezembro de 1967, que aprova Regimento do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF. Abaixo segue tabela 1, relativo à primeira estrutura organizacional do IBDF. No decreto que deu origem ao órgão só constava a estrutura primária de sua organização (figura 2). O desdobro dessa estrutura inicial se deu posteriormente através da Portaria número 51, de 12 de fevereiro de 1968 (figura 3) e da Portaria número 141, de 29 de fevereiro de 1968, que fixaram, respectivamente, as estruturas referentes ao segundo grau divisional e as além do segundo grau divisional.

Tabela 1. Primeira estrutura do IBDF relativa ao primeiro, segundo e terceiro grau divisional.

<i>Grau divisional</i>	<i>primeiro</i>	<i>segundo</i>	terceiro
Atos Administrativos:	Decreto no 62.018, de 29 de dezembro de 1967	Portaria no 51 de 12 de fevereiro de 1968	Portaria no 141, de 20 de fevereiro de 1968
Órgãos Superiores:	Comissão de Política Florestal (F)		
	Presidencia (P)		Secretaria Técnica do Presidente (PS) Procuradoria (PJ) Assessoria Técnica e de coordenação (PT) Assessoria de Relações públicas (PR) Assessoria de Planos e Programas (PP) Assessoria de Polícia Florestal (PF)
Órgãos Centrais:	Departamento de Pesquisa e Conservação da Natureza (DN)	Divisão de Estudos (DNE)	Seção de Pesquisas (DNE-P) Seção de Tecnologia (DNE-T) Seção de Experimentação (DNE-E)
		Divisão de Proteção da Natureza (DNP)	Seção de Parques Nacionais (DNP-P) Seção de Defesa (DNP-P)
	Departamento de Economia Florestal (DF)	Divisão de Manejo (DFM)	Seção de Inventários Florestais (DFM-I) Seção de Utilização Florestal (DFM-F)
		Divisão de fomento (DFF)	Seção de Sementes e Mudas (DFF-S) Seção de Análise e Avaliação de Projetos (DFF-P)
	Departamento de Comercialização (DC)	Divisão de Cadastro e Fiscalização(DCF)	Seção de Cadastro (DCF-C) Seção de Fiscalização (DCF-F)
		Divisão de Comércio e Indústria (DCI)	Seção de Estudos Comercias (DCI-C) Seção de Estatística (DCI-E) Seção de Orientação Industrial (DCI-I)
	Departamento de Administração Geral (DA)	Divisão Financeira (DAF)	Seção de Contabilidade (DAF-C) Seção de Execução Orçamentária (DAF-O)
		Divisão de Pessoal (DAP);	Seção de Classificação, lotação e Movimentação (DAP-L) Seção de Seleção e Treinamento (DAP-S) Seção de Cadastro e Pagamento (DAP-C) Seção de Assistência ao Pessoal (DAP-A)

		Divisão de Material e Patrimônio (DAM);	Seção de Material (DAM-M) Seção de Patrimônio (DAM-P)
		Divisão de Serviços Gerais(DAG);	Zeladoria (DAG-Z) Seção de Transportes (DAG-T) Seção de Tele-Comunicações (DAG-C) Biblioteca Central (DAG-B) Seção de Expediente (DAG-E) Seção de Protocolo e Arquivo (DAG-A)
		Comissão de Compras (DAC).	
	Departamento da Erva Mate (DEM)		
Órgãos Regionais	Coordenadorias Regionais (CR)	Centro Regional de Pesquisa e Conservação da Natureza (CRN)	Setor de Experimentação (CRN-E) Setor de Proteção da Natureza (CRN-P) Estações Florestais de Experimentação (EFLEX) Parques Nacionais (PARNA) Reservas Biológicas (REBIO) Parques de Caça (PARCA)
		Centro Regional de Economia e Comercialização (CRE)	Setor de Manejo e Fomento (CRE-F) Setor Comercial (CRE-C)
		Centro Administrativo Regional (CRA)	Setor Financeiro (CRA-F) Setor Pessoal (CRA-P) Setor de Material e Patrimônio (CRA-M) Setor de Serviços Gerais (CRA-G)
		Delegacias Estaduais (DE) Núcleo de Vigilância (DEV) Núcleo de Economia e Comercialização (DEC) Núcleo de administração (DEA)	Núcleo de Vigilância (DEV) Núcleo de Economia e Comercialização (DEC) Núcleo de Administração (DEA) Florestas Nacionais (FLONA) Posto de Controle e Fiscalização (POCOF) Posto de Fomento Florestal (POFOM)
		Escritórios Estaduais (EE).	
		Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JB) - Gerido por Conselho de Administração (JBC).	

Abaixo seguem figuras 2 e 3, que ilustram o esquema da estrutura organizacional do IBDF relativa ao primeiro e segundo grau divisional, respectivamente:

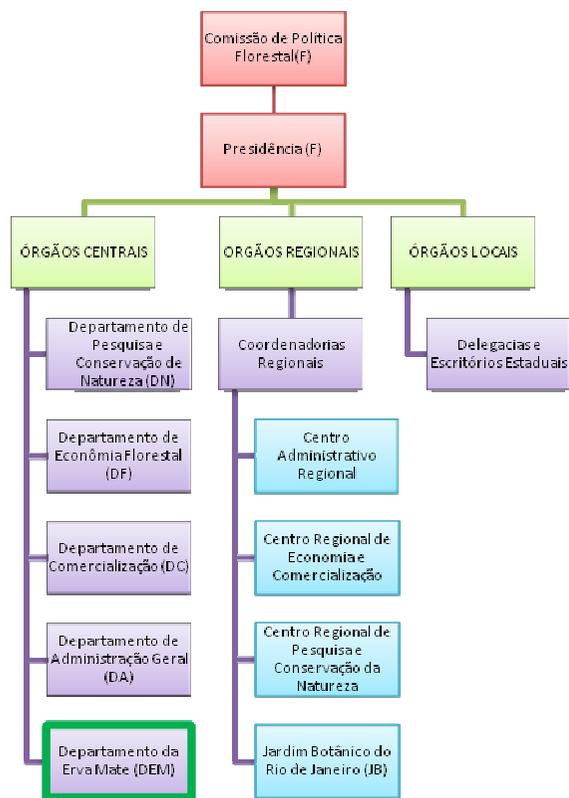


Figura 2: Estrutura do primeiro grau divisional do IBDF: Decreto nº 62.018, de 29 de dezembro de 1967.

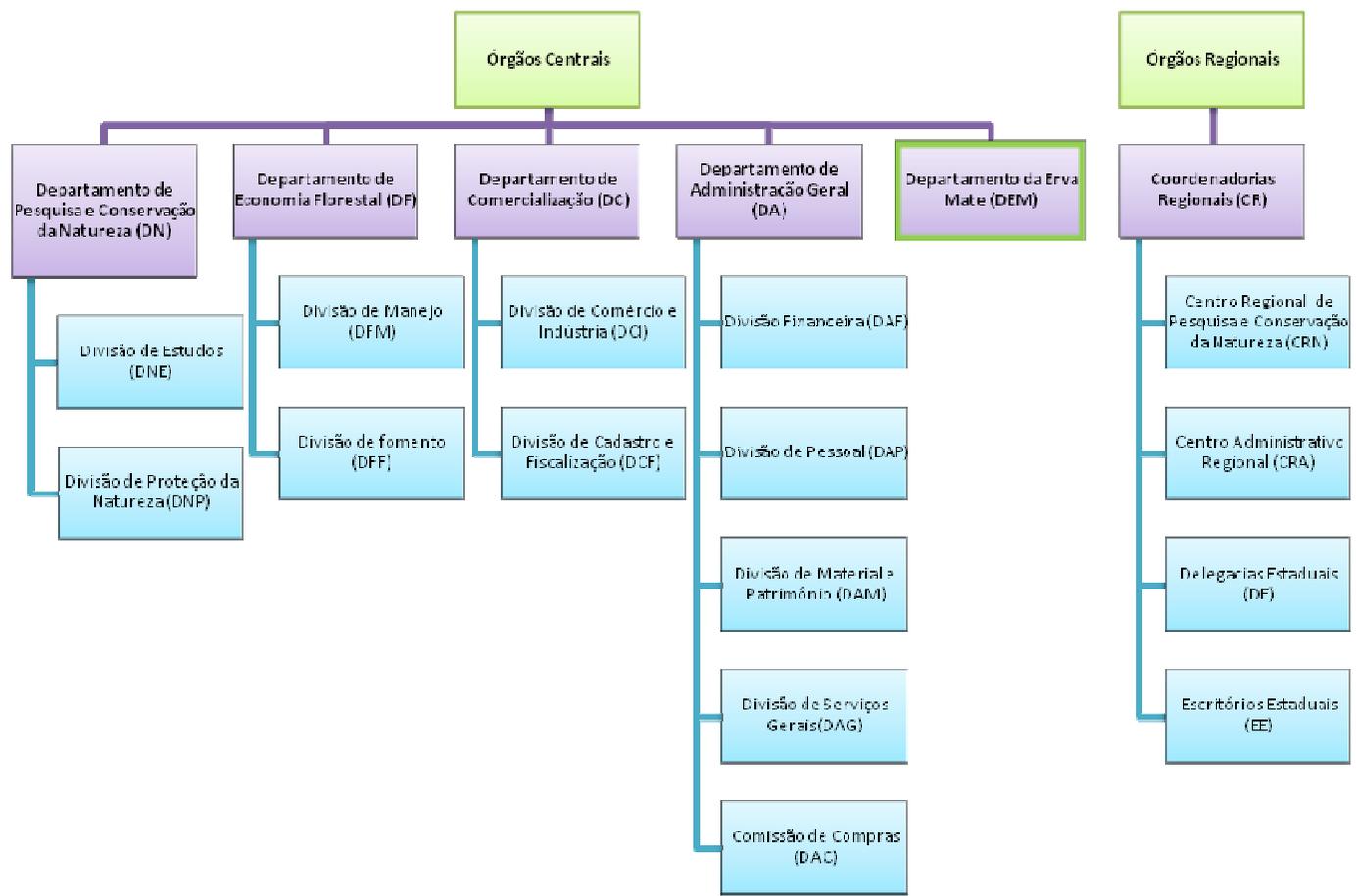


Figura 3: Estrutura do segundo grau divisional do IBDF: Portaria nº. 51, de 12 de fevereiro de 1968.

Observação: As estruturas do terceiro grau divisional não foram mostradas no esquema acima, pois não foram definidas na Portaria nº 141, de 29 de fevereiro de 1968.

Foi com essa estrutura organizacional que o IBDF contava para realizar os trabalhos nos primeiros anos de sua criação. Não demorou a aparecerem os problemas de estruturação do novo órgão, que além de dispor de pouquíssima verba para sua gestão, via os projetos se amontoarem depressa, sem conseguir apreciá-los em tempo apropriado para o bom andamento dos mesmos. Logo ficou clara a discrepância entre os objetivos pretendidos e os meios de que o órgão dispunha para atingi-los.

Apesar de sua estrutura parruda o novo órgão dispunha de muito pouco recurso para desempenhar sua função com eficiência. Para se ter uma idéia de valores, sua disponibilidade orçamentária era de algo em torno de 32 milhões de cruzeiros. O instituto florestal de São Paulo dispunha, no ano de 1971 de algo em torno de 19 milhões de cruzeiros. O INCRA arrecadava no mesmo período cerca 305 milhões de cruzeiros (Carneiro, 1971).

Mas o problema mais grave, segundo Carneiro (1971), era a falta de pessoal qualificado. No ano de 1971 contava o IBDF com 2741 funcionários, e apenas 135 possuíam qualificação de nível superior, dos quais 68 eram engenheiros florestais ou agrônomos.

No primeiro ano de funcionamento do novo órgão, 1968, o número de projetos apresentados superou bastante as expectativas. A maioria dos projetos encaminhados eram relacionados à utilização de incentivos fiscais para reflorestamento. Os projetos deveriam passar por uma pré-aprovação, de acordo com a Lei nº 5.106/66. Essa exigência era impossível de ser cumprida e o problema chegou a tal ponto que o governo foi obrigado a baixar um decreto que aceitaria todos os projetos, independente de sua aprovação. Foi o Decreto nº 461 de 10 de fevereiro de 1969.

Apenas três anos após sua criação a situação do instituto já era crítica. A falta de recursos humanos e materiais inviabilizava o funcionamento do órgão. Apesar disso algumas unidades conseguiram algum êxito em suas administrações, como é o caso do Departamento de Pesquisa e Conservação da Natureza - DN. Este tinha como meta “prover a instalação e funcionamento de parques nacionais e reservas biológicas, além de atender à proteção da fauna e flora”.

O DN foi responsável pela criação de vinte novos parques nacionais, acrescentando mais de 8,5 milhões de hectares às áreas protegidas. Para tal contou com a participação da Engenheira Agrônoma Maria Tereza Jorge Pádua, que foi responsável pelo setor de parques nacionais e fauna silvestre, no período de 1968 a 1981. Nesse período foram criados muitos parques nacionais. Em 1968 o Brasil contava com 14 parques nacionais, num total de dois milhões de hectares. Em 1981, quando Maria Tereza saiu do IBDF, para retornar quatro anos depois, as áreas protegidas totalizavam algo em torno de 10 milhões de hectares. Além disso Maria Tereza também iniciou os trabalhos de proteção à fauna silvestre, que mais tarde originariam os conhecidos projetos Tartarugas Marinhas (TAMAR), Centro de Anilhamento de Aves (CEMAVE), projeto Peixe-Boi Marinho e o Centro Nacional de Predadores.

Mas o setor de reflorestamento foi certamente o que mais se destacou, em virtude da criação da lei de incentivos fiscais para esse tipo de atividade (lei 5.106/66) e, em consequência, do Programa Nacional de Reflorestamento. Para se ter acesso aos incentivos os projetos de reflorestamento precisavam da anuência do IBDF, em especial do Departamento de Reflorestamento - DR.

Em 1970, através do Decreto-Lei nº 1134, de 16 de novembro, foi alterada a sistemática da Lei de incentivos e passou a conceder, para as pessoas físicas o abatimento de até 50% do valor do imposto de renda devido na declaração de rendimentos para a aplicação em empreendimentos florestais aprovados previamente pelo IBDF. Essa alteração foi importante e em pouco tempo, a maior parte dos projetos eram fomentados dessa forma, ampliando-se gradativamente as áreas plantadas pelos diversos estados da federação.

4.2.2 Mudança na estrutura

Na década de setenta o país passou a sofrer com a pressão internacional do movimento ambientalista e das entidades financeiras internacionais, devido ao ritmo acelerado de degradação ambiental. O desenvolvimento acelerado imposto pelo militares na construção de obras de infraestrutura e de mineração, chamavam a atenção das comunidades internacionais. Em 1972 foi realizada a Conferência de Estocolmo. Após essa reunião o presidente Emílio Garrastazu Médici assinou o Decreto 73.030, em 30 de outubro de 1973, que instituiu a SEMA, Secretaria Especial do Meio Ambiente com o objetivo de orientar a política de conservação do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais (Marcondes, 2005).

O crescimento do setor público na área ambiental, no início dessa década, não foi acompanhando do devido entrosamento entre os diferentes órgãos. Prova disso é caso de desentendimento entre a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) e o IBDF. Este era incumbido da proteção da fauna silvestre e suas competências chocavam com as daquela, que cuidava das questões relativas à proteção do peixes.

Em 1974 a estrutura do IBDF foi alterada, através do Decreto nº 73.601, de 8 de fevereiro. Foram extintos o Departamento da Erva Mate e os Centros Regionais que supostamente fariam a ligação entre a Presidência do IBDF e suas delegacias estaduais.

A tabela 2 Decreto nº 73.601, de 08 de Fevereiro de 1974: estabelece nova estrutura organizacional do IBDF.

Tabela 2. Segunda estrutura do IBDF relativa ao primeiro, segundo e terceiro grau divisional, estipulada pelo Decreto nº. 73.601, de 08 de Fevereiro de 1974

Grau divisional	primeiro	segundo	terceiro
Atos de Origem	Decreto 73.601, de 8 de fevereiro de 1974	Portaria 229, de 25 de abril de 1975	
Presidência	<p>Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Presidente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gabinete • Procuradoria Geral • Assessoria de Segurança e Informações 		
Órgãos Centrais de Planejamento, Coordenação e Controle Financeiro	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria Geral 	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenadoria de planejamento • Coordenadoria de Orçamentos e Finanças • Coordenadoria de Modernização e Reforma Administrativa 	
Órgãos Centrais de Direção Superior	<ul style="list-style-type: none"> • Departamento de Economia Florestal 	<ul style="list-style-type: none"> • Divisão de Manejo Florestal • Divisão de Zoneamento Econômico • Divisão de Fomento Florestal 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes 	<ul style="list-style-type: none"> • Divisão de Parques Florestais e Recursos Naturais Renováveis • Divisão de Proteção à Natureza 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Departamento de Pesquisa 	<ul style="list-style-type: none"> • Divisão de Recursos Naturais Renováveis • Divisão de Utilização e Tecnologia Florestal • Divisão de Silvicultura • Divisão de Ecologia Florestal • Divisão de Inventários Florestais 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Departamento de industrialização e Comercialização 	<ul style="list-style-type: none"> • Divisão de Estudos de Mercados • Divisão de Cadastro e Fiscalização 	

Tabela 2. Segunda estrutura do IBDF relativa ao primeiro, segundo e terceiro grau divisional, estipulada pelo Decreto nº. 73.601, de 08 de Fevereiro de 1974 (cont...)

	<ul style="list-style-type: none"> • Departamento de Reflorestamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Divisão de Análise e Registro de Projetos • Divisão de Liberação de Incentivos Fiscais • Divisão de Controle e Avaliação de Projetos 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Departamento de Administração 	<ul style="list-style-type: none"> • Divisão de Material e Patrimônio • Divisão de Comunicações Administrativas • Serviço de Atividades Auxiliares • Biblioteca 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Departamento de Pessoal 	<ul style="list-style-type: none"> • Divisão de Cadastro e Classificação de Cargos e Empregos 	<ul style="list-style-type: none"> • Seção de Classificação de Cargos e Empregos • Seção de Cadastro, Registro e Lotação
		<ul style="list-style-type: none"> • Divisão de Recrutamento, Seleção e Aperfeiçoamento 	
		<ul style="list-style-type: none"> • Divisão de Legislação de Pessoal 	<ul style="list-style-type: none"> • Seção de Legislação, Direitos e Deveres • Seção de Pessoal Trabalhista
		<ul style="list-style-type: none"> • Serviço de Assistência Médico-Social • Serviço de Apoio Administrativo 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Departamento de Contabilidade e Finanças 	<ul style="list-style-type: none"> • Divisão de Contabilidade • Divisão de Execução Orçamentária e Financeira • Divisão de Auditoria Interna 	

Tabela 2. Segunda estrutura do IBDF relativa ao primeiro, segundo e terceiro grau divisional, estipulada pelo Decreto nº. 73.601, de 08 de Fevereiro de 1974 (conclusão)

Órgãos Locais	• Delegacias Estaduais	• Grupo Executivo de Administração	
		• Grupo de Análise, Controle e Avaliação de Projetos	
		• Grupo de Coordenação e Fiscalização de Atividades Locais	
		• Parques Nacionais	• Núcleo Administrativo • Núcleo de Vigilância
		• Florestas Nacionais	• Núcleo Administrativo • Núcleo de Vigilância
		• Reservas Biológicas	• Núcleo Administrativo • Núcleo de Vigilância
Órgãos Normativos e Consultivos	• Comissão de Política Florestal • Conselho de Valorização de Parques	• Estações Florestais de Experimentação	• Núcleo Administrativo
		• Jardim Botânico do Rio de Janeiro	• Grupo de Coordenação de Pesquisas • Grupo de Aplicação Florística • Museu Botânico Kulmann • Núcleo Administrativo

A figura 4 abaixo mostra o esquema da estrutura do IBDF, a partir do Decreto nº 73.601, de 8 de Fevereiro de 1974.

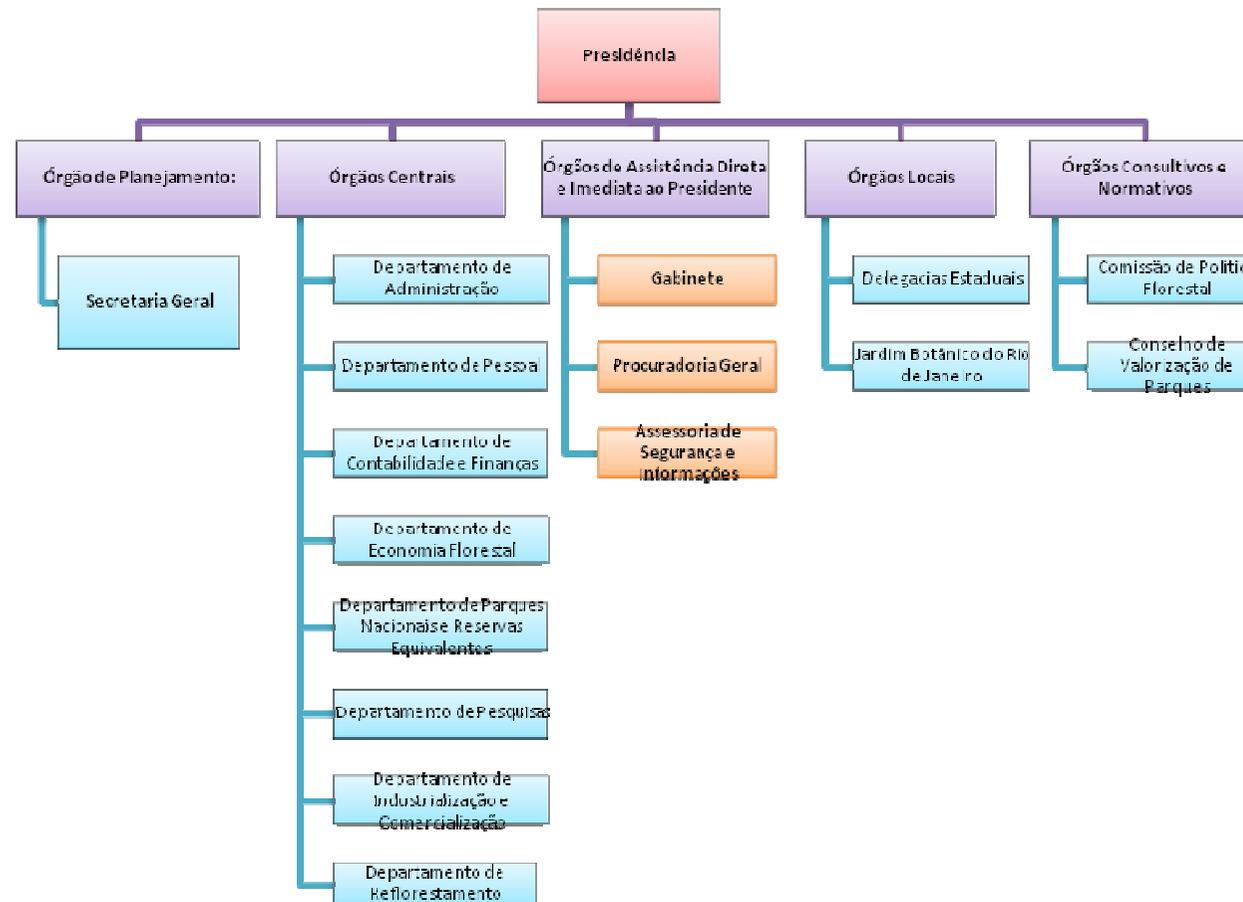


Figura 4: Estrutura organizacional do IBDF após alteração.

4.2.3 Extinção da instituição

A década de 80 no Brasil foi marcada principalmente pela luta em prol do retorno da democracia. Em 1985 inicia-se o processo de redemocratização do país. No setor ambiental houve sensível aumento do movimento preservacionista na sociedade civil e o governo era pressionado por entidades internacionais devido ao mau uso dos recursos naturais, em especial na região amazônica.

A influência do IBDF no aparelho burocrático, bem como a de outras autarquias criadas no mesmo período, como a SUDHEVEA, SEMA e SUDEPE, decaiu bastante no decorrer da década de 1980. A SUDHEVEA havia perdido seu prestígio com o fim do programa PROBOR III, em 1985. A SEMA não conseguiu se firmar institucionalmente perante os problemas ambientais, pois não conseguiu fazer frente ao setor industrial, de peso, responsável por parcela significativa da poluição ambiental. O IBDF, por sua, vez também havia enfraquecido bastante depois do fim de política de incentivos florestais, em especial da Lei nº 5.106/66.

Em janeiro de 1989 uma medida provisória do “Plano Verão” (plano de estabilização econômica do governo Sarney) de número 28, do dia 15, extingue SUDEPE, SUDESUL, o IBDF, além das fundações Petrônio Portela e Projeto Rondon, ambas vinculadas ao Ministério do Interior.

As atribuições da SUDEPE, agora reunidas às do IBDF seriam exercidas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, criado pela Medida Provisória nº 34, de 23 de janeiro de 1989, a partir da junção dessas duas autarquias mais a SUDHEVEA e a SEMA (MOTTA, 2005).

Em 22 de fevereiro de 1989 a Medida Provisória nº 34 foi convertida na Lei nº 7735 e o IBAMA, através da junção das atribuições e estruturas das quatro instituições mencionadas no parágrafo anterior (IBDF, SUDHEVEA, SEMA e SUDEPE), assumiu a responsabilidade pela fiscalização e pelo controle do cumprimento da legislação e das atividades relacionadas aos recursos naturais e ao meio ambiente.

Foi assim extinto o IBDF, depois de vinte anos e onze meses de existência e de incumbência de alavancar o segmento florestal nacional, associando a otimização do uso, conservação e preservação dos recursos florestais.

4.3 Resultados Atingidos pelo IBDF

Apesar de muitos problemas do ponto de vista estrutural e gerencial, a contribuição do IBDF para o setor florestal brasileiro pode ser evidenciada em muitos momentos de sua existência. Pode-se destacar que muitos projetos ainda hoje existentes como o caso do Projeto TAMAR e do CEMAVE, tiveram seu embrião formado naquele órgão, ou ainda que a área total preservada do país, antes e depois da existência do IBDF, aumentou várias vezes. No entanto para melhor verificação desse aporte ao setor florestal preferiu-se focar nos resultados de quatro grandes programas e um projeto implementados durante a existência do órgão, quais sejam:

- Programa Nacional de Reflorestamento;
- Programa Nacional de Celulose e Papel;
- Programa Nacional de Siderurgia a Carvão Vegetal;
- Programa de Inventário Florestal Nacional.

- Projeto Nacional de Pesquisa Florestal do Brasil – PRODEPEF;

4.3.1 Caracterização dos programas

4.3.1.1 Programa Nacional de Reflorestamento

Com a instituição da Lei dos Incentivos para empreendimentos florestais (Lei 5.106, de 2 de setembro de 1966) foi criado, na prática, o Programa Nacional de Reflorestamento. A lei preconizava descontos no imposto de renda das pessoas físicas (dedução de até 100% em relação à renda bruta) e às pessoas jurídicas (dedução de no máximo 50% sobre o imposto de renda devido) nas importâncias empregadas em projetos de florestamento e reflorestamento.

4.3.1.2 Programa de desenvolvimento e pesquisa florestal- PRODEPEF

O Decreto nº 73.069 de 01 de novembro de 1973 dá a medida necessária a criação do PRODEPEF, que tinha os seguintes objetivos:

- Promover a integração de pesquisa florestal;
- Realizar a capacitação de pessoal técnico necessário à pesquisa e desenvolvimento florestal;
- Promover a realização de pesquisa florestal para atender a imperativos ecológicos e econômicos;
- Cooperar com o setor industrial madeireiro na solução de seus problemas técnicos;
- Estruturar e implantar a pesquisa atribuída por lei ao IBDF, assessorando-o na solução de seus problemas técnicos.

Também são instituídas neste ato a Comissão Nacional de Pesquisa Florestal (CNPFF) e suas comissões regionais.

Anos depois, o aporte de 1% dos projetos de reflorestamento à pesquisa alçou o projeto ao status de um programa nacional de pesquisas florestais.

4.3.1.3 Programa nacional de celulose e papel

Este programa foi criado por ocasião do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), no período de 1975 a 1979. A Lei nº 6151/74 determinou que durante o período do II PND, houvesse estratégias para o desenvolvimento dos setores de base adotando uma política de garantia de suprimento. O principal objetivo dessa política teve como alvo a colocação do produto nacional no exterior e a auto-suficiência no País. Neste contexto inseriu-se, com ênfase, o setor de Papel e Celulose entre os principais grupos de insumos básicos.

4.3.1.4 Programa nacional de siderurgia a carvão vegetal

Programa instituído no final da década de 70, de acordo com Silva (1996), tinha como meta promover a substituição da matéria-prima proveniente de florestas nativas por aquela oriunda de florestas plantadas e a substituição do carvão mineral pelo carvão vegetal na indústria siderúrgica. O carvão vegetal é um recurso energético renovável, sendo um dos insumos básicos responsáveis pelo desenvolvimento das indústrias de base florestal no Brasil. O consumo de carvão vegetal localiza-se, principalmente, na indústria siderúrgica nacional, em que é usado como termorredutor do minério de ferro para produção de ferro-gusa. A siderurgia brasileira também utiliza o coque mineral, insumo substituto, como termorredutor do minério de ferro. Contudo, o carvão mineral

brasileiro possui baixa qualidade (alto teor de cinzas) e, por isso, foi gradativamente substituído por coque importado, principalmente dos EUA, da Polônia, do Canadá e da Austrália (PAULA, 1992).

Visando garantir o suprimento de carvão vegetal, empresas vêm estabelecendo reflorestamentos em várias regiões do país. A matéria-prima é também fornecida por pequenos produtores ou carvoeiros independentes. Nos últimos anos, tem-se observado diminuição no consumo total de carvão vegetal. Tal fato pode ocorrer devido à queda do preço do petróleo e do coque (combustíveis fósseis) no mercado internacional. Paralelamente, tem havido enorme pressão da sociedade para que se reduza o uso do carvão vegetal oriundo de florestas nativas (ABRACAVE, 2002).

4.3.1.5 Programa de Inventário Florestal Nacional

Esse programa foi também criado no fim da década de 70, mediante portaria emitida pelo presidente do IBDF. Na ocasião constituiu-se uma Comissão do Inventário Florestal Nacional, com participação do IBDF e um representante de cada Universidade com o curso de Engenharia Florestal estabelecido.

Segundo Ferreira (2005) e citado em IBDF (1983), a finalidade do programa era o monitoramento das reservas florestais nacionais. Foram utilizadas imagens orbitais do satélite LANDSAT tipos RBV e MSS nas escalas de 1:100.000 e 1:250.000 respectivamente, para estratificação das áreas onde foram alocadas unidades amostrais permanentes, para posterior medição em campo.

De acordo ainda com o autor, este programa teve caráter estratégico e as informações geradas iriam permitir a avaliação da dinâmica no tempo e no espaço dos recursos florestais, subsidiando o processo de tomada de decisão no que se refere a diretrizes para a utilização desses recursos.

A tabela 3 sumariza esses programas florestais do período de existência do IBDF.

Tabela 3. Programas florestais instituídos no Brasil, no período de 1966-1987

PROGRAMAS	ATOS LEGAIS DE CRIAÇÃO	DESCRIÇÃO
Programa Nacional de Reflorestamento	Lei 5.106, de 02 de setembro de 1966	A Lei dos Incentivos Fiscais estimulou, via descontos, a implantação de empreendimentos florestais.
Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal do Brasil - PRODEPEF	Decreto 73.069 de 01 de novembro de 1973	O PRODEPEF integrou e capacitou o pessoal técnico, para que pudessem solucionar problemas técnicos no setor industrial madeireiro considerando os aspectos ecológicos e econômicos.
Programa Nacional de Celulose e Papel	Lei 6.151 de 04 de dezembro de 1974	Esta Lei instituiu o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND: 1975-1979) e determinou que no período do II PND houvessem estratégias para o desenvolvimento dos setores de base. Neste contexto inseriu-se, com ênfase, o setor de papel e celulose.
Programa Nacional de Siderurgia a Carvão Vegetal	Este programa foi instituído no fim da década de 1970	Visava prover a autosuficiência em carvão vegetal ao setor siderúrgico.
Programa de Inventário Florestal Nacional	Este programa foi instituído no fim da década de 1970	Constituiu-se uma Comissão do Inventário Florestal Nacional que objetivou levantamento da base florestal no país.

Fonte: Ferreira, 2005.

4.3.2 Aporte dos programas ao setor florestal nacional

A seguir serão apresentados os principais resultados de cada programa ao fim do período de existência do IBDF.

4.3.2.1 Aportes do programa nacional de reflorestamento

Estimar os valores referentes a quantificação de florestas plantadas ou nativas no Brasil não é uma tarefa fácil, principalmente devido à falta de dados primários MCT(2005) citado por Ferreira (2005).

Com a extinção do IBDF o setor florestal ficou sem suporte técnico em relação às atualizações das informações completas e detalhadas. No entanto os dados existentes fornecem algumas evidências do crescimento alcançado.

Com a criação da Lei de Incentivos Fiscais houve aumento significativo da área de florestas plantadas. Na década de 70 foram aprovados projetos que, somados, variaram de 200 a 450 mil ha/ano, para implantação. Dentre as espécies utilizadas nos projetos de reflorestamento destacam-se Pinus e Eucalyptus, como matéria prima para vários itens, como papel/celulose, carvão vegetal, madeiras processadas mecanicamente, entre outros. Também merece destaque os plantios incentivados de espécies de palmáceas e de frutíferas.

Na tabela seguinte são apresentados os dados referentes às áreas florestadas para o período de 1967 a 1984.

Tabela 4. Área reflorestada no período de 1967-1984

ANO	ÁREA REFLORESTADA (HA)
1967	34.759
1968	102.910
1969	162.383
1970	222.005
1971	248.470
1972	304.356
1973	294.154
1974	324.379
1975	398.240
1976	469.249
1977	346.432
1978	411.697
1979	473.718
1980	435.575
1981	417.875
1982	430.985
1983	215.000
1984	300.000
Total	5.592.187

Fonte: Ferreira, 2005

A análise dos dados da tabela acima mostra que a área reflorestada no Brasil cresceu em ritmo forte durante quase toda a primeira década de existência do IBDF e da implantação da política de incentivos fiscais para reflorestamento. Pode-se observar uma queda do crescimento da área reflorestada no ano de 1977 com breve recuperação nos dois anos seguintes. Posteriormente, no ano de 1980, esses valores voltaram a declinar chegando ao patamar de 215 mil hectares plantados no ano de 1983.

Diante da figura 5 pode-se verificar claramente o alavancamento que o setor de reflorestamento experimentou no período de existência do IBDF.

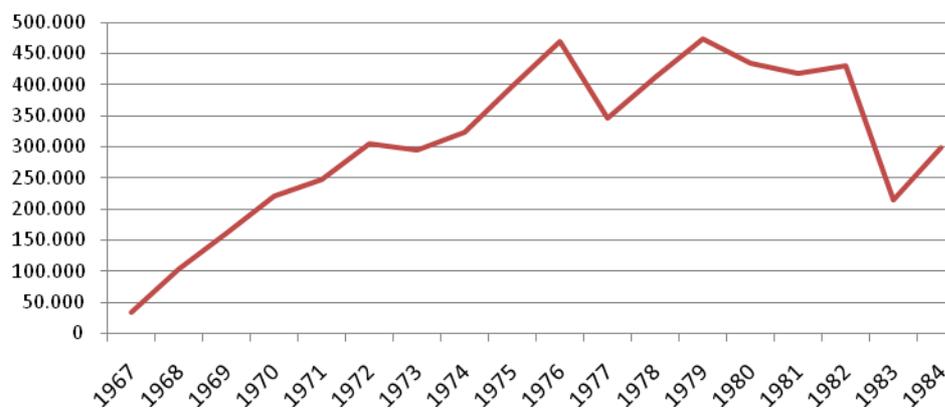


Figura 5: Evolução da área reflorestada, em hectare. Período 1967 a 1984.

Como já mencionado anteriormente, a inexistência de atualizações das séries históricas de dados do setor dificulta a mensuração das áreas florestadas e reflorestadas, através de incentivos, não sendo possível uma maior avaliação do impacto das políticas de incentivos no setor florestal, nem de planejamentos mais detalhados para o crescimento futuro do setor. Os dados encontrados se referem à valores implementados em segmentos específicos, como o de papel e celulose (apresentados adiante) e não ao setor como um todo.

A política de incentivos fiscais para reflorestamento sofreu uma série de alterações desde a criação da Lei 5.106, como o Decreto-Lei nº 1134, de 16 de novembro de 1970, que alterou a sistemática da Lei dos incentivos fiscais e o Decreto-Lei nº 1.376 de 12 de dezembro de 1974, que tratou da criação dos Fundos de Investimento Setoriais (Fiset). O fim das políticas de incentivos fiscais para o setor florestal se deu com a Lei nº 7.714 de 29/12/88. Esta altera a legislação dos incentivos fiscais relacionados com imposto de renda do Fiset – Florestamento / Reflorestamento, previsto no inciso IV do artigo 11 do Decreto-Lei nº 1.376 e alterações posteriores. A evolução de áreas reflorestadas no país tem forte ligação com o período de vigência dessas políticas.

4.3.2.2 Aportes do programa nacional de pesquisa florestal- PNPf

O Prodepef evoluiu para um Programa Nacional de Pesquisas Florestais - PNPf. Os resultados relativos ao setor de pesquisa e experimentação florestal foram divididos em quatro segmentos e foram obtidos por levantamentos realizados pela Embrapa nos anos de 1978, 1980 e 1987. Os segmentos apresentaram os resultados abaixo, em ordem decrescente. Como precursor do grande número de experimentos na silvicultura, em 1974, através do centro de pesquisa florestal do IBDF, foi apresentado o Esquema de Zoneamento Ecológico Florestal para o Brasil, organizado por Lamberto Golfari, Técnico do Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal PNUD/FAO/IBDF – BRA/71/545.

- Silvicultura : 3685 experimentos;
- Tecnologia : 315 experimentos;
- Administração Florestal: 269 experimentos;
- Ambiência: 153 experimentos.

Observa-se que o segmento de silvicultura foi o que apresentou o maior número de pesquisas em detrimento dos demais segmentos. Apesar de o IBDF ter fomentado pesquisas em várias áreas, boa parte desses resultados podem ser creditados às empresas do setor florestal, que fomentavam pesquisas de seu interesse, dentro da silvicultura, em especial na área de genética e melhoramento florestal. De acordo com EMBRAPA/IBDF (1984), isto se deu devido ao fato de essa linha de pesquisa ser uma meta estabelecida pelo PNPf e pelo crescimento de mais de 700% da participação das empresas privadas no período de 1979-1984. Por conta disso pode-se entender os baixos números de pesquisas relativas à área de Ambiência.

Para o desenvolvimento do setor de pesquisa florestal no País foi importante a parceria entre empresas públicas e privadas. O setor privado financiava parte das pesquisas e tinha como contrapartida o resultado dela (Embrapa/IBDF, 1984). A figura 6, a seguir, representa o número de pesquisas realizadas nos quatro segmentos:

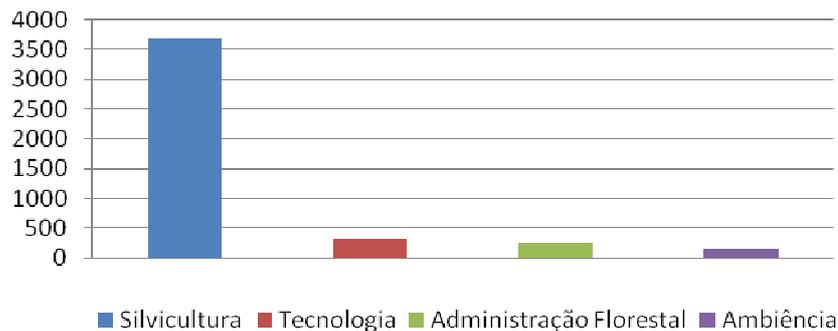


Figura 6: número de pesquisas por segmento.

É interessante notar a quantidade de pesquisas realizadas nos segmentos de Silvicultura, muito superior aos outros segmentos. Isso demonstra o direcionamento das atividades do IBDF, no sentido de fomentar projetos mais voltados para a produção e atendimento aos programas de celulose e papel e siderurgia.

4.3.2.3 Aportes do programa nacional de celulose e papel

O setor de celulose e papel foi talvez o setor da economia florestal que mais se desenvolveu no País. A Lei 5.106/66 conferiu grande aporte ao setor, pois promoveu a expansão de sua base florestal. Mesmo com o cessar dos incentivos, o incremento anual da área reflorestada para produção de papel e celulose não declinou. Isso indica que a política de incentivos foi eficiente no que diz respeito ao seu papel de fomentador do desenvolvimento inicial do setor.

Hoje o setor é representado por mais de 220 empresas em 450 municípios, localizados em 17 estados e nas 5 regiões do País. O setor foi responsável por mais de 1,7 milhão de hectares de área plantada para fins industriais e preservação de mais de 2,8 milhões de hectares de florestas nativas e 2,2 milhões de hectares de área florestal total certificada (BRACELPA, 2009).

Em 2008, as exportações do setor chegaram US\$ 5,8 bilhões, com um saldo comercial de US\$ 4,1 bilhões (16,7% do saldo da Balança Comercial do Brasil). O setor contribuiu com R\$ 2,2 bilhões em impostos e investiu nos últimos 10 anos US\$ 12 bilhões, e gerando cerca de 114 mil empregos diretos (indústria 67 mil, florestas 47 mil) e 500 mil empregos indiretos. Esses dados são referentes ao ano de 2008 (BRACELPA, 2009).

A tabela 5 a seguir apresenta os valores de áreas plantadas com Pinus e Eucalipto no período de 1948 a 2007.

Tabela 5. área plantada com os gêneros Pinus e Eucaliptus no período de 1948 a 2007.

Ano de plantio	Área (ha) por gênero		Total (ha)
	EUCALIPTO	PINUS	
1948 - 83	15.804,20	32.053,80	47.858,00
1984	581	4.862,70	5.443,70
1985	707,9	2949,6	3.657,50
1986	1.294,90	2.192,50	3.487,40
1987	2.431,10	3.899,90	6.331,00
1988	3.471,10	5.549,10	9.020,20
1989	7.372,10	5.164,90	12.537,00
1990	7.331,90	9.018,30	16.350,20
1991	5.391,20	7.382,10	12.773,30
1992	3.644,00	8.083,10	11.727,10
1993	4.240,00	9.939,20	14.179,20
1994	4.674,20	8.809,20	13.483,40
1995	6.471,10	11.940,10	18.411,20
1996	13.940,90	13.416,20	27.357,10
1997	18.977,90	13.197,80	32.175,70
1998	23.694,00	17.242,30	40.936,30
1999	23.242,60	15.838,40	39.081,00
2000	39.866,90	17.801,60	57.668,50
2001	80.872,60	19.739,30	100.611,90
2002	106.641,50	17.613,00	124.254,50
2003	137.823,50	19.976,20	157.799,70
2004	154.288,40	21.577,60	175.866,00
2005	179.855,80	23.800,30	203.656,10
2006	226.311,70	26.348,80	252.660,50
2007	297.861,70	22.874,50	320.736,20
TOTAL	1.366.792,20	341.270,50	1.708.062,70

Fonte: Bracelpa, 2009

Ao primeiro olhar na tabela acima verifica-se que a área de florestas plantadas cresceu sistematicamente nas últimas décadas, com redução no período de 1991 a 1994. Depois desse período o setor voltou a crescer com vigor até a atualidade.

4.3.2.4 Aportes do programa nacional de siderurgia a carvão vegetal

A produção de carvão vegetal apresentou nos últimos 35 anos enormes variações. Em 1970 a produção era de cerca de 2,74 milhões de toneladas. No período de 1985 a 1990 estabilizou-se em cerca de 10 milhões de toneladas. Nos 10 anos seguintes houve um redução de quase 30 por cento. À partir de 2002 a produção voltou

a aumentar. Em 2005 contudo a produção ainda era inferior à de 1990. A partir daí houve uma recuperação de florestas energéticas.

A maioria de florestas plantadas para suprimento energético estão localizadas no Estado de Minas Gerais, que apresentou em 2004 cerca de 85 % dos 115.580 ha de florestas energéticas do país, atendendo a quase 70% da demanda, em 2005 (AMBIENTEBRASIL, 2009).

A tabela 6 abaixo contém os dados referentes à produção de carvão oriundo de madeira de reflorestamento e de matas nativas, para o período de 1990 a 2003.

Tabela 6. Área (ha) e proporção (%) utilizada de florestas nativas e plantadas para a produção de carvão no período de 1990 a 2003.

ANO	nativa	%	reflorestamento	%	total
1990	24.355.000	66	12.547.000	34	36.902.000
1991	17.876.000	57,71	13.102.000	42,29	30.978.000
1992	17.826.000	61,1	11.351.000	38,9	29.177.000
1993	17.923.000	56,54	13.777.000	43,46	31.700.000
1994	15.180.000	46	17.820.000	54	33.000.000
1995	14.920.000	48	16.164.000	52	31.084.000
1996	7.800.000	30	18.200.000	70	26.000.000
1997	5.800.000	24,58	17.800.000	75,42	23.600.000
1998	8.600.000	32,58	17.800.000	67,42	26.400.000
1999	8.070.000	30	18.830.000	70	26.900.000
2000	7.500.000	29,5	17.900.000	70,5	25.500.000
2001	9.115.00	34,8	17.105.000	65,2	26.220.000
2002	9.793.000	36,5	17.027.000	63,5	26.820.000
2003	12.216.000	41,8	16.986.000	58,2	29.200.000

Fonte: ABRACAVE e SBS (2005)

É interessante notar que a produção de carvão de origem nativa vem diminuindo gradativamente ao passo que de origem de florestas plantadas vem aumentando. Em 1990 a proporção entre os dois tipos de carvão era de cerca de 66% originário de mata nativa e de 34% originário de florestas plantadas . Treze anos mais tarde, em 2003, há uma inversão, onde aproximadamente 60% do carvão provinha de florestas plantadas e 40% de florestas nativas. Esse valor poderia ser mais discrepante, não fosse o aumento do valor de carvão de origem nativa à partir de 2000, que pode ser explicado pelo desmatamentos decorrentes da expansão da fronteira agrícola. Em especial nas áreas de cerrado.

Entretanto desde 1980 existe um déficit entre consumo e quantidade produzida em reflorestamentos, ou seja, o programa não conseguiu atingir a auto-suficiência do setor. Isso tem aumentado a pressão sobre os remanescentes florestais.

Outro problema que o setor vive é a falta da implementação de tecnologias que maximizem a produtividade dos processos de carbonização e que aproveitem os gases e subprodutos do processo. O carvão vegetal, em sua grande maioria, é produzido em

fornos primitivos, próximos às florestas, onde se pode ter uma perda de até 50% do poder calorífico e a produtividade é muito baixa (UFRRJ, 2007).

4.3.2.5 Aportes do programa de inventário florestal nacional

Os dados obtidos referem-se aos resultados dos inventários de florestas nativas e plantadas, das regiões sul e sudeste, que foram disponibilizados via publicação (IBDF, 1983).

Para a região Nordeste e Centro-Oeste não foram encontrados os resultados publicados dos inventários. A região Norte não fez parte do Programa de Inventário Florestal Nacional, pois foi estudada pelo Projeto Radam na década de 1970, fornecendo indicações de volume por tipologia florestal.

Este programa se desenvolveu de 1978 a 1983, quando foram publicados os resultados dos inventários realizados pelo IBDF em parceria com as Universidades. A sistematização da metodologia utilizada nos levantamentos e processamentos dos dados viabilizou a análise e comparação dos resultados, bem como a avaliação entre as áreas indicadas para reflorestamento através de projetos aprovados pelo IBDF.

Os resultados são apresentados nas tabelas 7 e 8 abaixo.

Tabela 7: Inventário do estoque de madeira, em mil m³, de florestas nativas, concluído nos anos 1981/1982, realizado pelo IBDF, para as regiões sul e sudeste

REGIÃO	UF	ESTOQUE
SUL	PR*	979.464
	SC*	888.591
	RS*	611.983
Subtotal		2.480.038
SUDESTE	MG*	1.124.213
	ES	90.069
	RJ	104.716
	SP	209.139
Subtotal		1.528.137
Total		4.008.175

* Inclusive resíduos de copa

Fonte: IBDF, 1983.

Tabela 8: Inventário do estoque de madeira, em mil m³, dos projetos de reflorestamento incentivados até 1978, realizado pelo IBDF, para as regiões sul e sudeste

REGIÃO	UF	ARAUCARIA	PINUS	EUCALYPTUS	TOTAL
SUL	PR	2.985	60.162	5.453	65.615
	SC	420	35.633	1.503	37.136
	RS	371	13.630	2.932	16.562
SUBTOTAL		3.776	109.425	9.888	119.313
SUDESTE	MG		7.715	39.336	47.051
	ES		99	15.563	15.662
	RJ		160	1.317	1.477
	SP		21.984	55.156	77.140
SUBTOTAL		0	29.958	111.372	141.330
TOTAL		3.776	139.383	121.260	260.643

Fonte: IBDF, 1983.

Nota-se que o gênero Pinus predomina na região sul enquanto que na região sudeste o gênero Eucalyptus é mais frequente. Isto se deve especialmente a características edafo-climáticas e ao perfil do mercado consumidor (IBDF, 1983).

Os resultados gerados pelos inventários de florestas nativas e plantadas haviam quantificado os estoques existentes, até 1983. Infelizmente esses dados não foram atualizados, o que torna impossível planejamentos mais precisos para o aproveitamento dos recursos naturais nele existente.

Os resultados apresentados relativos à florestas nativas referiam-se à totalidade dos recursos existentes e não o total disponível para uso, pois deve-se subtrair as áreas de preservação permanente e áreas inacessíveis. Os estoques de povoamentos plantados representavam, ao contrário, oferta disponível de matéria-prima.

5. CONCLUSÕES

O IBDF surgiu em plena ditadura militar, da fusão de três órgãos. Dois deles criados nas décadas de 30 e 40, sendo o Instituto Nacional do Mate (INM), Instituto Nacional do Pinho (INP). O terceiro foi o Departamento Recursos Naturais Renováveis (DRNR), criado na década de 50, durante o período em que foi implantado o Parlamentarismo no Brasil.

A extinção do IBDF se deu num momento de abertura política, ou seja, numa fase de transição do regime autoritário para o regime democrático. Foi extinto em 1989 devido a uma série de fatores, dentre os quais pode-se mencionar: falta de alinhamento da política interna do órgão com a realidade política vigente e escassez de fontes de recursos, devido ao fim do FISET.

Outro fato que contribuiu para o fim do IBDF foi a necessidade de uma reformulação na política de meio ambiente, já que o País sofria pressão internacional estimulada por eventos como o aumento do desmatamento na Amazônia.

O IBDF sofreu uma única alteração ao longo de sua existência, no de 1974. Nessa alteração houve uma reestruturação de suas repartições, onde foi extinto o Departamento da Erva Mate e os Centros Regionais. Houve também uma subdivisão do departamento de Pesquisa e Conservação da Natureza em dois departamentos distintos: O Departamento de Pesquisas e o Departamento de Parque Nacionais e Reserva Equivalente, o que demonstra atenção e interesse pelo desenvolvimento do setor de pesquisas florestais dentro do IBDF.

Durante sua existência e apesar de suas limitações administrativas o IBDF conferiu uma série de ganhos para o setor florestal brasileiro. Dentre esses destacam-se o aumento significativo da área reflorestada, substituições de matéria prima de origem nativa para de origem plantada na produção de carvão, aumento da área inventariada das florestas nacionais, alavancamento do setor de celulose e papel no cenário internacional e aumento do número de pesquisas na área florestal.

Todos esses aportes influenciados diretamente pelo IBDF configuram uma estruturação para o setor florestal nacional, a qual era inexistente antes da criação do órgão. Além disso a criação do órgão eliminou um paralelismo de instituições existente no setor (INP, INM e DRNR) , unificando-o.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRACAVE. Anuário estatístico, Belo Horizonte: 1976-2003.

ALBUQUERQUE, D.A. Evolução das instituições florestais brasileiras. Seropédica: UFRRJ, 2005. 46 p. (Monografia de conclusão do Curso de Engenharia Florestal).

AMBIENTEBRASIL. Disponível em:

<www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./florestal/index.html/&conteudo=./florestal/consumo.html#b>. Acesso em: 1 ago.2009.

ANUÁRIO. Anuário Brasileiro de Economia Florestal. Rio de Janeiro: MA/IBDF, 1967. Ano 18, Nº 18, 297 p.

_____. Anuário Brasileiro de Economia Florestal. Decreto-lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967. Cria o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal e dá outras providências. Rio de Janeiro: MA/IBDF, 1968. Ano 19, Nº 19, pp. 11-18.

_____. Anuário Brasileiro de Economia Florestal. Rio de Janeiro: MA/IBDF, 1968. Ano 19, Nº 19, 332 p.

BRACELPA. Setor de papel e celulose: Panorama econômico. 2009. Disponível em : <http://www.bracelpa.org.br/Bracelpa-Br/panorama_economico.htm>. Acesso em: 17 jul. 2009.

CARNEIRO, N.I.S. **370 dias na presidência do IBDF**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971. 154 p.

BRASIL. Decreto nº 4.421 – de 28 de dezembro de 1921. Cria o Serviço Florestal do Brasil. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/>. Acesso em: 12 out.2009.

EMBRAPA/IBDF. Programa Nacional de Pesquisas Florestais. Curitiba, 1984. 42p.

FERREIRA, R.O.. Análise dos programas do setor florestal brasileiro implantados no período 1966-1987. Seropédica: UFRRJ, 2005. (Monografia de conclusão do Curso de Engenharia Florestal).

IBAMA. Disponível em:

<www.ibama.gov.br/institucional/história/index/htm>. Acesso em: 8 ago.2009.

IBDF. Inventário Florestal Nacional: Síntese dos Resultados. Brasília: Editora Brasileira, 1983. 37p.

MARCONDES, S. **Brasil, Amor à primeira vista! Viagem ambiental no Brasil do século XVI ao XXI**. São Paulo: Ed. Peirópolis, 2005. v.1 , 344p.

MORALES, L.A.. **Vai e vem, vira e volta: as rotas dos soldados da borracha**. São Paulo: Editora Annablume, 2002. 364p.

MOTTA, M. Dicionário da Terra. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005. 518p.

PAULA, G. M. Consumo de energia na siderurgia brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 20., 1992, Campos de Jordão. **Anais..**: ANPEC, 1992. CD-ROM.

SATYRO, P.B.. Surgimento, evolução e divisão do Ibama Seropédica. UFRRJ, 2008. (Monografia de conclusão do Curso de Engenharia Florestal).

SILVA, José de Arimatéa . 1996. Análise quali-quantitativa da extração e do manejo dos recursos florestais da Amazônia brasileira: uma abordagem geral e localizada - Floresta Estadual do Antimari – AC. Curitiba: UFPR, 1996. 547p. (Tese de Doutorado).

UFRRJ. Curso de Política, Administração e Legislação Florestal. Seropédica: UFRRJ, 2007. (Textos de aula e material didático).

VALVERDE, S.R. et al. Contribuição da Indústria Florestal no Desenvolvimento da Economia Brasileira: Uma Abordagem da Matriz de Insumo-Produto. CERNE, V.5, N.2, P.041-050, 1999.